

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 125ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

001	Aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte, às quatorze horas, realizou-se a
002	centésima vigésima quinta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura do
003	Estado do Espírito Santo, on line no Google Meet, por meio do link
004	https://meet.google.com/kwa-ukkd-dty , com as presenças do Secretário de Estado da
005	Cultura, Fabricio Noronha Fernandes, Presidente do CEC; da Subsecretária de Estado
006	da Cultura, Carolina Ruas e dos conselheiros: Roberto Rodrigues de Melo - Câmara de
007	Artes Cênicas; Tarcísio Santório - Câmara de Artes Musicais; Cristina Souza Bastos -
008	Câmara de Artes Visuais; Igor da Silva Erler - Câmara de Patrimônio Arquitetônico,
009	Bens Móveis e Acervos; Sebastião Ribeiro Filho e Iberê Sassi - Câmara de Patrimônio
010	Ecológico, Natural e Paisagístico; Valquíria Rigon Volpato - Região Sul; Lilia Jonat Stein
011	e Dulciele Stein Suela - Região Serrana; Patrícia Cristine Viana David - PGE; Cláudia
012	Botelho e Danilo Fernandes Sampaio de Souza - SEDU; Thainá Venâncio Pereira -
013	SETUR; Douglas de Souza Silva - SEDURB e Giulianna Calmon Faria. Após a
014	verificação, havendo quórum, às quatorze horas e dezoito minutos, o Presidente
015	cumprimentou a todos e abriu os trabalhos, agradecendo a todos pela mobilização e
016	aos que estão assistindo pelo YouTube, nessa primeira reunião, on line, do CEC,
017	explicando como seria a didática e funcionamento da reunião a e passando ao primeiro
018	ponto da pauta: aprovação da Ata da 124ª reunião ordinária do CEC. A Secretária
019	Executiva perguntou se todos haviam recebido a Ata e feito a leitura, e não havendo
020	manifestações contrárias, feita a votação nominal, a Ata da 124ª reunião ordinária do
021	Conselho Estadual de Cultura foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros
022	presentes. Passando ao ponto seguinte da pauta, o Presidente fez uma explanação
023	sobre o Projeto de Lei Aldir Blanc, comentando a importância simbólica da aprovação
024	desse Projeto no Senado Federal, que vê como uma boa notícia depois de um processo
025	desgastante de descontinuidade da política cultural e de investimentos para a área da
026	cultura. Disse que trata-se de uma lei construída a muitas mãos, que teve uma
027	aprovação quase unânime na Câmara dos Deputados e unânime no Senado, que isso
028	mostra a força da mobilização da Cultura, onde mais de cinco milhões de profissionais
029	que atuam nessa área tiveram suas atividades afetadas fortemente com a situação do
030	avanço do Covid 19, com os cancelamentos dos eventos. Disse que estão participando
031	ativamente, por meio do Fórum Nacional dos Secretários, desse formato de
032	descentralização do recurso, que hoje está em três bilhões de reais, e que desses três
033	bilhões, dois ponto seis bilhões tem fonte direcionada para o Fundo Nacional de
034	Cultura. Comentou que nesse momento estamos tendo a oportunidade política de
035	vivenciar o esboço do ideal de política pública que é o Sistema Nacional de Cultura, e
036	que nesse formato de descentralização, onde serão disponibilizados cinquenta por
037	cento do recurso para os municípios e cinquenta por cento para os estados,
038	possibilitando uma articulação em rede, entre os gestores e um debate junto à
039	sociedade civil, com parâmetros nacionais e a possibilidade de experiência de um
040	Sistema Nacional de Cultura, mesmo que não plenamente regulamentado, mas que
041	será uma grande experiência para todos nós. Disse que a lei trabalha, em sua
042	estrutura, com três eixos de formas de execução, que são: auxílio emergencial aos
043	fazedores de Cultura; auxílio para os espaços culturais; e auxílio para outras ações de
044	fomento, que é o único que tem uma porcentagem descrita na lei, de pelo menos vinte
045	por cento, que no Espírito Santo seria por volta de cinquenta e cinco a sessenta e cinco
046	milhões de reais. Falou do trabalho que a Secult vem realizando junto às Prefeituras e
047	Secretarias de Cultura, e da criação de um grupo de trabalho técnico que tem dado
048	suporte e que está funcionando como um Fórum de Secretários Municipais do Espírito
049	Santo. Comentou sobre a reunião realizada com a AMUNES, que é a Associação dos
050	Municípios do Espírito Santo, junto com a Confederação Nacional, com a participação
051	de diversos municípios, e falou da importância do Conselho Estadual de Cultura estar
052	junto nesse processo de mobilização, para que os municípios possam executar

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 125ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura - CEC

053 plenamente, com toda a segurança jurídica e com toda a capilaridade que o projeto
054 necessita, de forma que isso ajude e acelere o processo de implantação do nosso
055 Sistema Estadual de Cultura. Informou que estão trabalhando no GT do Fórum dos
056 Secretários, que se reúne diariamente com parlamentares, articuladores, municípios e
057 a Confederação Nacional, buscando uma espécie de pacto federativo em torno da Lei
058 Aldir Blanc. Disse que é importante que todos entendam esse processo de maneira
059 unida, para que as soluções sejam compartilhadas, e que o Conselho pode ser um
060 braço importante na validação dos espaços, na identificação dos fazedores culturais e
061 na certificação das entidades, e pensa que agora é momento para se iniciar o processo
062 de discussão e oportunizar a realização da Conferência Estadual de Cultura. O
063 conselheiro Iberê Sassi disse que leu e discutiu bastante a Lei e que não viu a questão
064 da defesa, manutenção e proteção dos monumentos naturais e dos patrimônios
065 culturais e históricos do Estado. O Presidente falou que isso pode ser discutido entre os
066 entes e que talvez possa ser incluído nos vinte por cento do fomento, já que esse
067 recurso pode ser aplicado em ações diversas. A Subsecretária Carolina Ruas comentou
068 que estamos acompanhando um processo que está em curso, que temos contribuído
069 bastante, mas que essa Lei não especifica nenhuma área, pois ela se destina a
070 fornecer subsídios em caráter emergencial aos trabalhadores da cultura e aos espaços
071 que eventualmente foram impactados com as medidas de isolamento social. Foi
072 completamente desenvolvida e elaborada à partir desse pressuposto de que temos um
073 contingente no setor cultural que não tem condições de trabalhar e exercer suas
074 atividades e é para eles que virão os recursos, em três modalidades: emergencial, no
075 valor de seiscentos reais, para trabalhadores da Cultura; um subsídio mensal, para
076 essa categoria que se delimitou como espaços culturais diversificados; e um valor
077 destinado para as Secretarias Estaduais e Municipais, que podem ser utilizados para
078 publicação de editais, chamamentos e aquisições de bens e serviços culturais, a critério
079 do gestor. O conselheiro Sebastião Ribeiro disse que essa Lei é muito emblemática,
080 porque tem o nome de Aldir Blanc, que simboliza a luta de todos os que foram
081 menosprezados por esse governo atual, onde a cultura vem sendo tratada com um
082 desprezo que nunca vimos antes, desde janeiro do ano passado, e ante a omissão do
083 governo, o Congresso não se omitiu, agiu e identificou os recursos, que foram
084 protagonizados pela Câmara, aprovando a Lei. Reafirmou que sem recurso não se faz
085 cultura, e que espera que no próximo ano, com a retomada da economia, o Governo
086 do Estado acate a proposta do Conselho e coloque os "meio por cento" no Fundo
087 Estadual de Cultura, para que os municípios não precisem depender de recursos que
088 venham do Governo Federal, mas sim das atividades das empresas que forem
089 desenvolvidas no Estado, por meio dos incentivos fiscais. Falou também sobre a
090 questão do fundo, referente ao artigo terceiro da Lei, que se o município não tiver, que
091 é a realidade da maioria, vai poder receber o recurso de outra forma, mas terá que
092 prestar contas. Acha que, talvez esses municípios tenham dificuldades para executar
093 os editais, pois isso implica em pessoal para receber e analisar propostas, avaliar e
094 publicar resultados, e que talvez o Conselho possa contribuir de alguma forma, por
095 meio de uma comissão ou de outra iniciativa nesse sentido. O Presidente informou que
096 tem feito reuniões com os municípios no sentido de estimular a criação dos seus
097 fundos, e que estão tendo bons retornos. A conselheira Valquíria Volpato elogiou a fala
098 do conselheiro Sebastião e perguntou ao Presidente sobre as tratativas junto ao
099 Governo Federal, se a Secretaria de Cultura já se manifestou e se já se sabe como o
100 Governo Federal vai manejar esse recurso. O Presidente informou que sim. Que ainda
101 não teve uma nomeação para o lugar da Regina Duarte, mas quem está respondendo
102 pela pasta é o Secretário Adjunto, e que ele já procurou a Secult para uma agenda.
103 Disse que o caminho mais simplificado e menos burocrático são os editais e que estão
104 debruçados sobre essa questão. A Subsecretária informou que estão participando de

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 125ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

105	reuniões do Fórum Nacional de Dirigentes Estaduais de Cultura, onde as pautas têm
106	sido as discussões da Lei e a elaboração de consensos para afinar os interesses. A
107	conselheira Dulciele questionou sobre o prazo de sessenta dias, se seriam só para
108	propor as ações ou se são para realizarem os projetos. O Presidente informou que é o
109	prazo que o município terá para dar o destino da aplicação do recurso. Disse que a
110	partir de agora serão quinze dias úteis para o Presidente sancionar a Lei, que à partir
111	da sanção entra a fase de verificar as regras e o cronograma de desembolso dos
112	recursos. A seguir, a senhora Jucília falou, em nome do conselheiro Roberto Rodrigues,
113	e perguntou como será feito o mapeamento dos recursos, com relação aos circos. O
114	Presidente disse que na Lei não tem regras diferentes para cada seguimento, que a
115	forma de acesso ainda está em debate, e que será necessário organizar cadastros onde
116	entram os circos, os artistas e técnicos de circos no auxílio emergencial. Agradeceu a
117	Jucília, pela mobilização feita por meio da Associação dos Circos do Espírito Santo, e
118	disse que tiveram uma agenda importante com diversas associações de circos de
119	vários lugares do Brasil, em torno da Lei Aldir Blanc, com a participação de
120	articuladores da sociedade civil, no âmbito nacional. Disse que nesse momento se
121	inicia um diálogo mais temático: dos pontos de cultura, dos gestores municipais, dos
122	circos, do teatro, da música e de vários representantes da diversidade cultural, e que o
123	circo inaugurou essa agenda nacional, à partir dessa agenda da Jucília, e parabenizou
124	o circo, que teve uma participação fundamental nessa mobilização. A conselheira
125	Valquíria disse que observou que tem alguns municípios que já estão mais avançados
126	no cadastro, e perguntou se a homologação da inscrição que está prevista no artigo
127	sexto, inciso sexto, é um ato simples de reconhecimento por parte da Secretaria. A
128	Subsecretária informou que essa homologação do cadastro está relacionada à
129	responsabilização e a veracidade dos dados apresentados para classificar e caracterizar
130	o agente cultural ou espaço cultural como beneficiário. Disse que o ordenador de
131	despesas é que será o responsável por essas homologações e pela destinação desses
132	recursos. Disse que sempre é bom lembrar que agora temos uma leitura do texto da
133	Lei e que com base nessa leitura e na troca com outros Estados e outros gestores, nos
134	aproximaremos mais da normatização como de fato ela é. A conselheira Patrícia
135	expressou sua alegria de ver essa Lei aprovada, faltando apenas a sanção, e que
136	espera que ela possa acolher a muitos grupos da área da cultura. Parabenizou ao
137	Fabricio, a Carolina e aos demais conselheiros que estão se mobilizando nesse
138	processo para que essa Lei realmente aconteça, e disse que nesse momento ficou
139	evidente o quanto a cultura é carente e precisa desse apoio. A conselheira Cristina
140	disse que deveriam usar a ferramenta do Mapa da Cultura, como um dos critérios para
141	o reconhecimento do artista. O Presidente informou que certamente o Mapa será
142	utilizado. O conselheiro Sebastião observou que essa Lei é auto-aplicável, ou seja, não
143	precisa de regulamentação, dando mais celeridade ao processo, e que o benefício de
144	seiscentos reais está vinculado à prorrogação automática, caso seja necessário.
145	Perguntou se a Secult teria o mapeamento de quantos dos setenta e oito municípios
146	têm a Lei do Fundo e Conselho de Cultura, e pediu que essa informação fosse
147	encaminhada para os conselheiros. A Subsecretária comentou que apesar da Lei ser
148	auto-aplicável, ela tem ainda algumas lacunas, como por exemplo, não está claro
149	como o Governo vai repassar esse recurso para os Estados e Municípios. Tem uma
150	indicação de que seja, preferencialmente, fundo a fundo, mas a nível técnico, isso não
151	é o suficiente, então talvez seja necessário criar uma normativa para isso. Informou
152	que temos o mapeamento sim, que recentemente foi feita uma atualização desse
153	cadastro e que estão trabalhando para convencer e ajudar os municípios a
154	implementarem fundos e conselhos que são dois instrumentos essenciais para a
155	aplicação da Lei, e se comprometeu de enviar aos conselheiros. O conselheiro Hudson
156	Braga comentou que em Cariacica foi feito um cadastro de cerca de sessenta pessoas,

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 125ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

157 em estado de vulnerabilidade, e que foi distribuído auxílio e cestas para essas pessoas,
158 mas sabe-se que tem muitos mais que necessitam desse auxílio, e perguntou se
159 haveria a possibilidade de o Estado, por meio de alguma instituição pública, fazer uma
160 compilação de dados, para que não haja duplicidade no recebimento do auxílio
161 emergencial. Perguntou também se a Secult pensa em fazer um banco de dados único,
162 dos artistas que receberão esse auxílio. O Presidente informou a questão dos
163 municípios está sendo discutida no Fórum Nacional dos Secretários e Confederação dos
164 Municípios, e que tem-se avançado nesse debate e aprofundamento em torno da Lei,
165 para que as informações sejam uniformizadas em todo o Brasil. Com relação às
166 planilhas, acredita que seja fácil de resolver, mas ainda não se sabe se isso vai
167 resolver toda a questão, porque tem também o bolsa família e outros auxílios. A
168 conselheira Valquíria questionou sobre a possibilidade de os municípios ficarem com a
169 parte do fomento e o Estado com a entrega das manutenções e dos repasses
170 efetivamente, e o Presidente disse que esse é um dos pontos que estão sendo
171 discutidos, como falou anteriormente. A Subsecretária complementou, informando que
172 estão sendo formados grupos menores para facilitar as discussões, e que foram
173 caracterizados três grupos de municípios: municípios que não têm nenhum mecanismo
174 de gestão, mas que têm interesse em criar; municípios que tem fundo ou tem
175 conselho; e municípios que já tem os dois e que estão em um processo de
176 regulamentação. A seguir, o Presidente comentou que o Fórum dos Conselhos
177 Estaduais de Cultura - Conecta, está se mobilizando para discutir a Lei e que
178 encaminhou contato para conselheiros que tiverem interesse de participar desse
179 movimento. Pediu para que os interessados pegassem o contato com a secretária
180 executiva, Angélica. Passando ao item seguinte da pauta, atualizações sobre o Decreto
181 do CEC, o Presidente informou que após toda a discussão sobre as eleições, o novo
182 Decreto, que revoga o anterior, de forma que as eleições possam ocorrer da forma
183 como era antes, foi homologado pelo Governador e que o caminho natural agora é
184 entrar no processo das eleições, mas que para isso temos que revalidar a Resolução
185 antiga. O conselheiro Sebastião Ribeiro lembrou a questão do quorum, discutido na
186 reunião anterior, e disse que não se sente à vontade para votar. Falou, novamente,
187 sobre a necessidade de ter um assessor jurídico no CEC, como nos outros conselhos, e
188 pensa que, como se trata da alteração de uma Resolução, tem que ter o quorum
189 qualificado de dois terços dos presentes para votar, mas se for retomar a Resolução
190 antiga, não precisa de quorum qualificado. O Presidente informou que seria para
191 aprovar e revalidar a mesma Resolução anterior. O conselheiro Sebastião insistiu que
192 haja uma informação formal sobre a questão do quórum. A conselheira Patrícia
193 comentou que essa questão do formalismo, seria necessário ver se terá algum
194 prejuízo, e caso não haja, seria possível convalidar, desde que a maioria concordasse.
195 Após esclarecimentos de que a matéria a ser apreciada seria a revalidação da
196 Resolução antiga, ou seja, Resolução CEC 02/2016, foi feita a votação nominal, e a
197 revalidação da Resolução foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes.
198 O Presidente abriu os informes, falando sobre esse novo formato de reunião e dizendo
199 que nas próximas reuniões pode ser pensada a possibilidade de participação de
200 pessoas da sociedade civil nas reuniões virtuais do CEC, e pediu a manifestação dos
201 demais conselheiros. A conselheira Valquíria comentou que já estão realizando
202 reuniões virtuais com o Conselho de Cachoeiro e disse que achou muito positiva, em
203 vários aspectos, a realização de reuniões on line. A senhora Jucília solicitou ao
204 Presidente a inclusão de uma câmara exclusiva para o Circo, no CEC. As conselheiras
205 Cristina, Lília, e Julianna e os conselheiros Sebastião e Hudson, se manifestaram
206 favoravelmente à realização das reuniões virtuais. O conselheiro Hudson informou que
207 estão realizando a primeira reunião virtual do Conselho de Cariacica e convidou a todos
208 para assistirem ao "Cultura em Artes", todas as quartas-feiras, às vinte horas, e nas

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Conselho Estadual de Cultura - CEC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

Ata da 125ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CEC

209	terças-feiras às apresentações de artistas cariacienses. O Presidente agradeceu à
210	Erika, da equipe de comunicação da Secult, que está viabilizando a exibição pelo
211	YouTube e ao público que acompanhou a reunião. Não havendo mais inscritos, o
212	Presidente agradeceu a presença e participação de todos e encerrou a reunião. Eu,
213	Maria Angélica Tulli Netto, Secretária Executiva do CEC, lavro a presente Ata, que vai
214	assinada por mim, pelo Presidente e por todos os conselheiros presentes. Vitória, 26
215	de junho de 2020.

01. Fabricio Noronha Fernandes: _____
02. Roberto Rodrigues de Melo: _____
03. Tarcísio Santório: _____
04. Cristina Souza Bastos: _____
05. Igor da Silva Erler: _____
06. Sebastião Ribeiro Filho: _____
07. Iberê Sassi: _____
08. Valquíria Rigon Volpato: _____
09. Lilia Jonat Stein: _____
10. Dulciele Stein Suela: _____
11. Patrícia Cristine Viana David: _____
12. Cláudia Botelho: _____
13. Danilo Fernandes Sampaio de Souza: _____
14. Thainá Venâncio Pereira: _____
15. Douglas de Souza Silva: _____
16. Giulianna Calmon Faria: _____